

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI n.º 6.486, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santa Cruz do Capibaribe, com sede no município de mesmo nome, no Estado de Pernambuco.

Autor: FERNANDO NASCIMENTO

Relator: Deputado JORGE TADEU MUDALEN

I – RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Fernando Nascimento, que visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica Federal de Santa Cruz do Capibaribe, com sede no município de mesmo nome no Estado de Pernambuco.

Nessa seara, é importante ressaltar que a tramitação se dá conforme o disposto no art.24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sendo, portanto, a apreciação conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos regimentais, não foram apresentadas emendas à proposição.

Este o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de Projeto de Lei autorizativo de criação de unidade educacional técnica em unidade da Federação. Nessa esteira, impende salientar que somos plenamente favoráveis ao mérito da questão – a criação de Escola Técnica Federal de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Entretanto, há que se sopesar e destacar o conteúdo das Súmulas das Comissões Permanentes – Comissão de Educação e Cultura –

CEC e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, acerca de proposições desta natureza, que pedimos vênha para proceder sua transcrição abaixo, *verbis*:

Súmula da CEC

[...]

“PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEDERAL, EM QUALQUER NÍVEL OU MODALIDADE DE ENSINO

Por implicar na criação de órgãos públicos, e, obviamente, em cargos, funções e empregos, além de acarretar aumento de despesa, a iniciativa legislativa da criação de instituições educacionais, em qualquer nível ou modalidade de ensino, é privativa do Poder Executivo. (Ver art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal). Projetos de Lei desse teor são meramente autorizativos e, portanto, inócuos, pois não geram nem direitos nem obrigações, por parte do Poder Público, já que o mesmo detém a competência de tais prerrogativas. Lembre-se que em termos de mérito educacional, a criação de uma Instituição Educacional Pública deve ser decidida à luz de um Plano de Educação, de uma Política Educacional ou de uma Proposta Pedagógica Inovadora, e assim por diante, onde todas as instâncias educacionais, inclusive, obviamente, as próprias escolas e suas comunidades, gozam do direito de ser ouvidas e de se tornar participantes. É esse o costume salutar em todas as nações que cultivam o Estado Democrático de Direito.

Portanto, o Parecer do Relator de um PL que vise a criação de Instituição Educacional Pública, em qualquer nível ou modalidade de ensino, deverá concluir pela rejeição da proposta, logicamente ouvido o Plenário.

A criação de Instituição Educacional, repita-se, deve ser sugerida na proposição do tipo INDICAÇÃO, a ser encaminhada ao Poder Executivo. (Ver RI/CD, art. 113), diretamente pelo próprio Autor ou através da Comissão, e neste caso, após ouvido o Plenário.”

.....
SÚMULA DA CCJC

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA 1 - PROJETOS AUTORIZATIVOS

[...]

1. Entendimento:

1.1. Projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva, é inconstitucional.

1.2. Projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que dispõe sobre a criação de estabelecimento de ensino é inconstitucional. - Fundamento: § 1º do art. 61 da Constituição Federal e § 1º e inciso II do art. 164 do Regimento Interno.

2. Fundamento:

2.1. § 1º do art. 61 da Constituição Federal

2.2. § 1º e inciso II do art. 164 do Regimento Interno

3. Precedentes [...]

Por fim, vale consignar que, sob o prisma do mérito da proposta em apreço, seríamos pela sua aprovação, mas tal deveria se dar por intermédio do instrumento regimental adequado, isto é, conforme Indicação ao Poder Executivo, e neste caso para que este encaminhe à instituição que goza de autonomia por força de mandamento constitucional, encampada pela Comissão de Educação e Cultura, encaminhada em seu nome, com registro de sua autoria original..

Dessa forma, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.486, de 2009, após ouvidos os doutos pares em apreciação pelo Plenário da CEC da Indicação em anexo.

Sala da Comissão, em de novembro de 2010.

Deputado **JORGE TADEU MUDALEN**
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INDICAÇÃO n.º, DE 2010 (Da Comissão de Educação e Cultura)

Sugere a criação de Escola Técnica Federal de Santa Cruz do Capibaribe, no município de mesmo nome, no estado de Pernambuco.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação,

O nobre Deputado Fernando Nascimento apresentou Projeto de Lei com objetivo de criar Escola Técnica Federal no Município de Santa Cruz do Capibaribe, estado de Pernambuco.

A proposta coaduna-se com a política de expansão da educação profissional perseguida pelo governo federal e com a concretização das metas do Plano Nacional de Educação-PNE.

A Comissão de Educação e Cultura reconheceu o mérito da proposta, mas viu-se impedida de aprová-la devido ao disposto na alínea “e”, do inciso II, do § 1º, do art. 61 da Constituição Federal e em razão da Súmula de Recomendações nº 1 da Comissão de Educação e Cultura (CEC), além da Súmula nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que têm orientado nossos trabalhos. Resolveu, contudo, manifestar seu apoio à proposta, por intermédio da presente Indicação.

Relevantes argumentos foram arrolados na justificação do Projeto de Lei nº 6.486, de 2009, de autoria do Deputado Fernando Nascimento o município de Santa Cruz do Capibaribe será beneficiado com a instalação da referida ETF, haja vista o incremento do desenvolvimento da dinâmica econômico-social da referida cidade e entorno enfatizado pelas atividades relativas à educação tecnológica e profissional.

Segundo o ilustre parlamentar, “*o município de Santa Cruz do Capibaribe compõe o Pólo têxtil do agreste pernambucano, o qual encerra indispensável contribuição econômica*”.

Diante do exposto, Senhor Ministro, justifica-se plenamente a criação de instituição nos termos propostos, o que sugerimos a Vossa Excelência em nome da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado **ANGELO VANHONI**
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO **(Da Comissão de Educação e Cultura)**

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, no sentido de que seja criada a Escola Técnica Federal de Santa Cruz do Capibaribe, no município de mesmo nome, no estado de Pernambuco.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Ex^a, em nome da Comissão de Educação e Cultura, seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a criação de Escola Técnica Federal de Santa Cruz do Capibaribe, no Município de mesmo nome, estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado **ANGELO VANHONI**
Presidente